

## A INTRODUÇÃO À VERSÃO GALEGO-PORTUGUESA DA *CRÓNICA DE CASTELA (A2a): Fontes e estratégias.*

José Carlos Ribeiro Miranda\*

A tradução galego-portuguesa de alguns textos historiográficos castelhanos do último quartel do séc. XIII, contida no manuscrito 8187 da Biblioteca Nacional de Madrid (manuscrito A), reveste-se de uma importância crucial para o conhecimento da evolução da escrita historiográfica no Ocidente peninsular na passagem do século XIII para o séc. XIV<sup>1</sup>. Não se trata de um manuscrito unitário, mas antes de um "códice factício", reunindo manuscritos diversos com características codicológicas próprias e susceptíveis de datações distintas. Na realidade, a análise codicológica mostra ser A o resultado da encadernação conjunta de dois volumes à partida independentes<sup>2</sup>, A1 e A2<sup>3</sup>, correspondendo o primeiro à *versão amplificada da Estoria de España*, e contendo o segundo, entre outros textos, a *Crónica de Castela*, o que implica que estas traduções terão, numa primeira fase, circulado separadamente<sup>4</sup>. Por sua vez, A2

---

\* Professor Associado na FLUP/Investigador Responsável do SMELPS /IF/FCT.

<sup>1</sup> O conteúdo integral do códice foi editado por Ramon LORENZO, *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, ed. crítica anotada, con introducion, índice onomástico y glosário, II voll, Orense, Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo, 1975-1977).

<sup>2</sup> Trata-se das conclusões de uma observação não publicada autonomamente, feita por Gomez Pérez a pedido de Menéndez Pidal, e que este estudioso transcreve (Menéndez Pidal, 1955, p. 146, n. 1): "Esse ms. formaba antes dos volúmenes encuadernados separadamente; el primero integrado por los folios 1-88 (desde Ramiro I hasta la muerte de Bermudo III) y el segundo compuesto por los folios 89 al último (Liber Regum y la historia de Fernando I a Fernando III)".

<sup>3</sup> Para a identificação das partes integrantes do manuscrito adoptámos as siglas utilizadas por CATALÁN (1962, pp.314-315), com as especificações que mencionaremos adiante.

<sup>4</sup> Tal poderá ter sucedido ao longo de todo o séc. XIV e ainda de parte do seguinte, a ajuizar pelo carácter das fontes utilizadas tanto pela *Crónica de 1344* como pela *Crónica de 1404*. Sobre o assunto ver CATALÁN (1962, p. 316, 1970 e ainda 1995). Não é conhecida a época em que os dois volumes terão sido reunidos. A primeira referência ao códice conjunto é da autoria de Pedro Mantuano, nas suas *Advertencias a la Historia de Mariana*, datadas de 1613 (cf. LORENZO, 1975, IX).

é também um códice compósito, reunindo num mesmo volume textos que correspondem a iniciativas de escrita diversas e consecutivas..

Embora se trate de manuscritos muito antigos, a *Crónica de Castela* constante de A2 parece ser o mais vetusto dos textos presentes, tendo os restantes sido concebidos para lhe servirem de enquadramento em momentos sucessivos, aumentando, deste modo, o conjunto de matéria historiográfica disponível<sup>5</sup>. Assim terá sucedido com a porção de texto que relata os reinados de Ramiro I a Vermudo III, tradução executada a partir do ms E2 da *Versão Amplificada da Estória de España*<sup>6</sup>, e o mesmo se terá passado também com a *Crónica de S. Fernando*<sup>7</sup>, aposta à mencionada *Crónica de Castela* e possuindo características paleográficas que a aproximam da parte oriunda da tradução da *Versão Amplificada*<sup>8</sup>.

É Diego Catalán quem, pela primeira vez, se apercebe da função desempenhada pelos fólhos que antecedem a *Crónica de Castela* (89v a 90v) contendo uma versão condensada da História Ibérica desde a invasão dos Godos ao anúncio do reinado de Fernando Magno<sup>9</sup>, que para Cintra não mais era do que um resumo pouco justificado de um passado cuja parte mais substancial acabava de ser relatada<sup>10</sup>. Na realidade, assumindo que a *Crónica de Castela* tinha sido concebida, enquanto manuscrito, de uma forma autónoma, o mencionado resumo ganhava todo o sentido como oposição compreensível a um texto que apenas continha o relato dos reinados castelhanos de Fernando I a Fernando III. Seria, portanto, um acrescento não previsto no plano inicial da obra, mas realizado numa época muito próxima da execução do manuscrito que a continha, e quando este não estava ainda acompanhado dos restantes componentes de A. Essa perspectiva era confirmada codicologicamente pelo

---

<sup>5</sup> CATALÁN (1962, pp. 313-316, e 1970, pp. XLIII-XLVI, sobretudo p. XLIV). Também LORENZO (1975, pp. XXXVII e seg.).

<sup>6</sup> Cf. CATALÁN (1962, pp. 124-171); FERNÁNDEZ-ORDOÑEZ (2000, pp. 41-47).

<sup>7</sup> Sobre esta crónica, ver CAMPA (2002, pp. 358-363).

<sup>8</sup> Cf. LORENZO (1975, pp. XLIV-XLVI).

<sup>9</sup> CATALÁN (1962, pp. 306-312).

<sup>10</sup> Lembremos, porém, que CINTRA (1950) acreditava que A formava um manuscrito daquilo a que chamava "Variante Ampliada da Crónica Geral de Espanha", estando fora das suas conjecturas o carácter factício da composição do códice, hoje correntemente aceite. Assim, aquele fólio e meio separando duas copiosas crónicas não passava de uma singularidade dificilmente explicável...

facto de ter sido usado, para a inserção do mencionado prólogo, o verso do primeiro fólio desse manuscrito, que se encontrava em branco na sua totalidade (o recto assim permaneceu), ao qual foi necessário acrescentar ainda uma folha solta<sup>11</sup>.

A concepção autónoma da *Crónica de Castela* relativamente ao conjunto de A é ainda confirmada pelo processo material de adjunção da *Crónica Particular de S. Fernando*, que teve lugar seguindo uma modalidade paralela ao do acrescento do prólogo a que nos vimos referindo. Na realidade, este manuscrito da *Crónica de Castela* não terminava com a subida ao trono leonês de Fernando III, após a morte do pai, Afonso IX, porque havia sido prolongada por meio de um breve apontamento referente ao restante reinado do Rei Santo, ao do seu filho, Afonso o Sábio, e ao de Sancho IV, dando este monarca já como falecido e reinando o seu filho, Fernando IV. Ora a inclusão da *Crónica Particular de S. Fernando* levou à rasura de toda esta matéria, tendo sido uma parte dela (a referente a Afonso X e a Sancho IV, bem como a menção a Fernando IV) reescrita no fólio final<sup>12</sup>. Este prolongamento da matéria narrativa original constituirá, como veremos, uma peça de elevado relevo para a datação deste testemunho e da obra no seu todo. Tal como a introdução que atrás mencionámos, também este acrescento ao plano inicial da obra testemunha uma forma de existência do manuscrito anterior à sua integração no actual A.

Assim, em nome do rigor expositivo, passaremos a designar os componentes de A2 pela ordem que actualmente possuem: A2a: Introdução à *Crónica de Castela*; A2b: *Crónica de Castela*; A2c: o texto que concluía primitivamente esta redacção da *Crónica de Castela*, tal como foi editado por Diego Catalán e Ramon Lorenzo; e, finalmente, A2d: *Crónica Particular de S. Fernando*.

O manuscrito A começou por ser datado de meados do séc. XIV, mas o conjunto de informações acima elencadas quanto ao processo da sua feitura levou a precisar que tanto o extenso texto inicial (A1), contendo a tradução galego-portuguesa de uma porção da *Versão Amplificada da Estória de España*, como a *Crónica*

---

<sup>11</sup> O procedimento está descrito em CATALÁN (1970, p. XLVI, nota 59).

<sup>12</sup> A descrição da operação codicológica realizada no acto de junção das duas crónicas, e ainda a transcrição, em condições materialmente muito difíceis, tanto da parte de texto rasurada, como da que foi reescrita na parte final do códice, podem ler-se em CATALÁN (1962, pp. 349-355).

*Particular de S. Fernando* (A2d) seriam da mesma época, posterior tanto à da redacção da tradução da *Crónica de Castela* e respectivo final primitivo, como à do pequeno texto que introduz esta crónica<sup>13</sup>.

Na realidade, tudo aponta para uma relevante antiguidade deste último conjunto. Mesmo assumindo que a concepção e inserção material do prólogo é necessariamente posterior à confecção da crónica, as características paleográficas que este revela (letra pequena e cursiva numa só coluna, contra a letra assentada e em duas colunas da crónica) apontam para uma datação muito recuada, tendo mesmo levado Cintra a considerá-lo "claramente do séc. XIII" e paleograficamente aparentado com documentos como o *Livro de Bens de Pero Anes de Portel*, cuja redacção terá ocorrido na década de 1280<sup>14</sup>.

Na realidade, embora estas assunções se revelem materialmente fundadas, uma datação tão recuada colide com as informações contidas na parte final da obra (A2c), que dão Sancho IV como morto e reinando o seu filho, Fernando IV, o que aponta para um arco cronológico que se situará entre 1295 e 1312. Aliás, não existindo outros elementos que permitam datar o original da *Crónica de Castilla*, cuja tradição manuscrita é muito tardia, são estas referências que lhe servem também de baliza cronológica, o que produz um situação inesperada, que é a da datação de uma cópia que nem mesmo é feita directamente sobre o original ser o único elemento válido para datar este último. Além disso, foi mesmo a existência de A que permitiu manter viva a ideia de que a *Crónica de Castela* era realmente uma peça ainda do séc. XIII, contra a convicção que perdurou durante muito tempo de que se trataria de uma crónica mais tardia<sup>15</sup>.

Estas considerações, todavia, não devem ser entendidas como meras curiosidades, mas sim como meio de chamar a atenção para alguns aspectos do problema que tardam demasiado a ser devidamente assumidos, nomeadamente a dimensão que adquiriu o saber historiográfico no Ocidente peninsular, a detalhar em

---

<sup>13</sup> Secundando as observações paleográficas de CINTRA (1950b), LORENZO (1975, pp. XLIII-XLVI) fornece um quadro detalhado da cronologia dos diversos componentes de A.

<sup>14</sup> Cf. CINTRA (1950b).

<sup>15</sup> Cf. MENÉNDEZ PIDAL (1955).

todas a suas vertentes: cronologias, horizonte textual, iniciativas de escrita e, sobretudo, meios e personalidades envolvidas em todo este processo<sup>16</sup>.

Num estudo relativamente recente e muito pouco divulgado, mas onde retoma ideias já esboçadas anteriormente, Diego Catalán<sup>17</sup> chamou a atenção para um facto de grande importância e alcance que é o seguinte: embora o Conde D. Pedro, na preparação da sua *Crónica de 1344*, tenha contado com os componentes cronísticos reunidos em A, não foi a este códice que teve acesso mas sim a um seu antecedente, tanto na parte referente a A1 como a A2<sup>18</sup>. Deixando por agora de lado o problema de A1, em todo o caso posterior ao texto contido em A2b, isto significa que, num período situado entre os finais do séc. XIII e o início da centúria seguinte, se realizaram duas cópias galego-portuguesas da *Crónica de Castela*, o que implica certamente a existência de dois meios sociais suficientemente dinâmicos, do ponto de vista da cultura escrita, para assegurarem tal iniciativa<sup>19</sup>. O mesmo se deverá dizer relativamente aos restantes componentes de A, embora situados numa fase posterior, em todo o caso ainda na primeira metade do séc. XIV.

É no seio das expectativas abertas por este elenco de informações e respectiva importância para o destino do saber historiográfico no Ocidente peninsular, para a qual já Diego Catalán chamara atenção de uma forma incisiva<sup>20</sup>, que o presente estudo se inscreve, na tentativa de compreender os contornos do ambiente historiográfico anterior à actividade do Conde D. Pedro o mais detalhadamente possível<sup>21</sup>. Ora um desses elementos a que cremos ser urgente retornar é exactamente o pequeno e

---

<sup>16</sup> O mais actualizado ponto-da-situação sobre este assunto é ainda CATALÁN (1970), a caminho dos seus vetustos quarenta anos...

<sup>17</sup> CATALÁN (1970, pp. XLV-XLVI e 1995).

<sup>18</sup> O Conde D. Pedro terá tido acesso ao conjunto formado por  $\alpha 1$  e  $\alpha 2$ .

<sup>19</sup> Estes dois níveis, também aceites por ARMISTEAD (2000), não são todavia indicados no *stemma codicum* da obra proposto por BAUTISTA CRESPO (2002), que assim difere da proposta de CATALÁN (1970, p. XLVI aprofundada em 1995). Em todo o caso, a reconstituição da tradição manuscrita da obra, onde os testemunhos galego-portugueses reais e deduzidos constituem um ramo específico, é reveladora da extraordinária fortuna adquirida por esta obra ainda no séc. XIII e nos primeiros anos da centúria seguinte. Sabendo que tem origem nos materiais reunidos no *scriptorium* alfonsino no período de confecção da *Estória de Espanha*, não vemos impedimento a que a datação do seu original recue para aquém da proposta para A2. Recentemente, CATALÁN (2002, p. 41) datou-a de 1290.

<sup>20</sup> Cf. CATALÁN (1970, pp. XLIV e seg.).

<sup>21</sup> Sobre estes textos e a actividade literária do Conde D. Pedro, ver as nossas considerações no final do presente estudo.

curioso texto que serve de introdução à *Crónica de Castela* de A, que atrás designámos A2a, porque ele encerra, muito para além do seu valor próprio enquanto peça historiográfica, um conjunto valioso de informações para aprofundar as questões agora colocadas.

Deve-se a Lindley Cintra a primeira análise integral dessa introdução, tendo o eminente filólogo então concluído que a sua fonte principal havia sido o *Liber Regum*, escrito historiográfico-genealógico cuja importância e posteridade vários dos seus estudos se encarregaram de ir definitivamente fixando<sup>22</sup>. Cintra tentou ainda detectar outras fontes que haviam sido usadas na redacção desse texto introdutório, mas aí o êxito não foi tão grande, com enormes áreas de dúvida e de interrogação a insinuarem-se, tendo o assunto acabado por ficar por aí<sup>23</sup>...

Ao contrário do que virá a fazer relativamente aos títulos iniciais do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*<sup>24</sup>, também eles amplamente devedores do *Liber Regum*, neste caso Cintra nem mesmo chegou a ponderar que versão desse escrito histórico-genealógico teria sido utilizada, permanecendo algumas questões, nomeadamente as que dizem respeito à datação e trajecto de todo o material historiográfico envolvido na sua feitura, numa incómoda indefinição, em contradição com a importância que na realidade possuem, sobretudo dada a reconhecida antiguidade desse pequeno texto.

É nosso propósito, pois, não só retomar a averiguação das fontes utilizadas na redacção de A2a, mas também compreender, quer através da identificação dessas fontes quer da melhor compreensão do modo como foram utilizadas, o ambiente historiográfico em que o texto se situa.

---

<sup>22</sup> CINTRA (1950a, 1951 e 1952).

<sup>23</sup> CINTRA (1950b) constitui ainda o único estudo específico que este texto suscitou, e aquele que é invariavelmente citado quando é necessário referi-lo, conquanto CATALÁN (1962, pp. 356 e seg. e 1971, pp. XL e seg.) tenha igualmente adiantado importantes dados para a sua compreensão. Também LORENZO (1975) remete, no que ao estudo deste breve escrito diz respeito, unicamente para o mencionado trabalho de CINTRA (1950b).

<sup>24</sup> Cf. CINTRA (1950a e 1952).

---

### Uso do *Liber Regum* em A2a

Aparentemente pouco relevante e afectado por insanáveis deturpações históricas, o *Liber Regum* começou por ser olhado com desconfiança<sup>25</sup>. Desde os estudos de Cintra foi possível, no entanto, ir verificando que, pese embora essa aparente menoridade, o *Liber Regum* tinha estado sistematicamente presente na escrita de temática histórica dos sécs. XIII e XIV. É com matéria deste livro que abrem tanto o *Poema de Fernán Gonzalez* como *As Mocedades de Rodrigo*<sup>26</sup>; as informações por ele veiculadas servem de fonte para a historiografia quer latina quer vulgar, de que são exemplos a *Historia de Rebus Hispaniae* e, mais adiante, a cronística alfonsina e pós-alfonsina; finalmente virá a ter ampla fortuna na sua sede natural, que é a escrita genealógica, tendo servido de suporte e de modelo ao Conde D. Pedro na realização do seu *Livro de Linhagens*, tendo também sido amplamente aproveitado na redacção da *Crónica de 1344*. Como teremos oportunidade de comprovar noutra sede, já o *Livro Velho de Linhagens* (circa 1270) o havia conhecido e usado.

Sobre esta singular obra sabe-se também um pouco mais hoje do que no tempo em que Cintra a deslocou para aquém do esquecimento<sup>27</sup>. Terá sido primitivamente escrita no Mosteiro de Fitero, no Sul da Navarra, em data posterior a 1170, e o seu objectivo primeiro parece ter sido revelar a armadura genealógica que estruturava os poderes na Península Ibérica. Todavia, testemunhando a procura de legitimação desses poderes pelo recurso a uma inscrição na História da Criação, fazia remontar a narrativa genealógica ao *Livro do Génesis*, elencando a partir daí, com recurso a várias fontes, as linhagens que tinham governado as civilizações que se foram sucedendo desde a Antiguidade à Idade Média, até à ocupação da Península Ibérica pelos Visigodos. A partir desse momento, o livro orientava-se no sentido de traçar uma

---

<sup>25</sup> Tanto CINTRA (1951) como CATALÁN (1962) viram nas sucessivas utilizações galego-portuguesas do *Liber Regum* um índice de menoridade historiográfica revelador da ausência de outras fontes mais amplas e consistentes. No entanto, em escritos mais recentes, CATALÁN (1970) faz já notar que essa opção tem por trás razões da natureza ideológica.

<sup>26</sup> Sobre a datação das *Mocedades de Rodrigo* e seu possível conhecimento por parte do redactor de A2a, ver a parte final do presente estudo.

<sup>27</sup> Descrição detalhada das versões mais antigas em CATALÁN (1970, pp. LIII e seg. e 2002) e MARTIN (1992, pp. 27-37).

história genealógica peninsular, identificando os vários ramos em que esta se repartia, correspondentes às várias monarquias ibéricas da altura, sem descurar, no entanto, algumas importantes linhagens senhoriais e até mesmo a casa real francesa.

Embora ostente um título latino, na realidade trata-se do primeiro texto historiográfico ibérico escrito numa língua vulgar hispânica, partilhando traços aragoneses e navarros<sup>28</sup>. A mais antiga redacção conhecida do *Liber Regum* não será já a primitiva, mas sim uma actualização que remonta a *circa* 1196, a que se atribui a designação *Liber Regum Vilarense*<sup>29</sup> (LRV) Todavia, o texto Vilarense está incompleto, já que não possui a genealogia do Cid que estaria presente na sua parte final e se pode encontrar ainda numa outra redacção, realizada em Toledo, em ambiente linguístico castelhano, mais de duas dezenas de anos depois, reinando já Fernando III. Esta variante toledana do *Liber Regum* (LRT) infelizmente não chegou até aos nossos dias em manuscrito da época, sendo conhecida apenas pelas cópias realizadas no séc. XVI por Ambrosio de Morales e ainda pela edição que dela fez Enrique Florez no séc. XVIII, da qual faremos uso ao longo do presente estudo<sup>30</sup>.

Em 1962 Diego Catalán dava a conhecer uma outra evolução do *Liber Regum*<sup>31</sup>, uma vez mais realizada na Navarra, mas já na segunda metade do séc. XIII, mais extensa do que as primeiras e incorporando, no seio da armadura genealógica, algumas narrativas desconhecidas da redacção primitiva. Esse texto circulou em Portugal, vindo a ser utilizado pelo Conde D. Pedro tanto na sua obra linhagística como cronística. Dá pela designação de *Libro de las generaciones* (LG) e é transmitido por um manuscrito quatrocentista da mão de Martin Larraya<sup>32</sup>, que porém se afastará já, em pontos significativos, do original de *circa* 1260.

---

<sup>28</sup> BURGO (1975, p. 27).

<sup>29</sup> Nome que deriva do seu possuidor, Manuel Martínez de Vilar.

<sup>30</sup> Infelizmente, esta edição é parcial, tendo início apenas com a dinastia asturiana, o que significa que não abrange a parte inicial do texto galego-português, dificultando a identificação da versão do *Liber Regum* por este utilizada.

<sup>31</sup> CATALÁN (1962, pp. 357 e seg.).

<sup>32</sup> Editado em FERRÁNDIZ MARTÍNEZ, Josefa (ed.), *Libro de las generaciones*, Valencia, Anubar, 1968.

Tal como foi já indicado por Cintra, é relativamente breve a porção do *Liber Regum* literalmente utilizada por A2a<sup>33</sup>. Tendo início com a chegada dos Godos à Península, estender-se-á até à época em que Fernando Magno se perfila no horizonte. Embora intercale matéria narrativa proveniente de outras fontes, a transcrição que faz do *Liber Regum* é em certos pontos muito literal, o que torna viável a tarefa de identificar a natureza do exemplar utilizado, seguindo um procedimento idêntico ao levado a cabo por Cintra no tocante aos títulos iniciais do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que também seguem de perto uma versão do *Liber Regum*<sup>34</sup>.

Porque nos parece urgente averiguar definitivamente qual das versões do *Liber Regum* foi usada neste preciso texto, passamos a fornecer um elenco das passagens em que A2a se mostra mais próximo quer de LRV, quer de LRT, estando marcados a negrito os pontos em que dois dos textos se aproximam, e em itálico a lição divergente constante do texto restante:

#### **Acordo A2a/LRV contra LRT**

1.

A2A

E mouerō **batalla** a el rrey Rrodrigo e **lidarō** cō el eno cãpo de Ssabara (Il.26-27)

LRV

Unieron al rey Rodrigo a la **batalla e lidiaron** con el en el campo de Sagnera (p. 32, Il 17-18)

LRT

Vinieron *lidiar* con El Rey Rodrigo en el campo de Sagnera (p. 492, Il. 7-8)

2.

A2A

Et ena primeyra ffazenda fforon **maltreytos** os mouros e depouys **cobrarō** e fforon **arrancados** os cristãos e mal **desbaratados** (Il. 27-29)

LRV

En la primera fazienda foron **mal treitos** los moros, mas pues **cobraron** e foron **rancados** los christianos (p. 32, Il. 18-20)

---

<sup>33</sup> A2a foi pela primeira vez editado em CINTRA (1950b); depois em CATALÁN (1970, pp. 339-343), em conjunto com uma reprodução fotográfica integral; e, finalmente, em LORENZO (1975). É desta última edição que faremos uso.

<sup>34</sup> Cf. CINTRA (1950a).

LRT

En la primera hacienda fueron los moros *malandanses* et despues *recobraron* e fueron los christianos *vencidos* et **desbaratados** (p. 492, ll. 8-10)

3.

A2A

Quando ffuy perdido el rrey Rrodrigo cõquereron mouros España sacadas las montañas das Asturias. **Et en aquelas mōtanas se acollerō totalas gentes da terra que escaparō da batalla** (ll. 30-32)

LRV

Quando fo perdido el rei Rodrigo, conquerieron moros toda la tierra tro a en Portugal & en Galicia fueras de las montannas d' Asturias. **En aquellas montannas s'acuellieron todas las hientes de la tierra los qui escaporon de la batalla** (p. 32, ll. 26-29)

LRT

Quando fue perdido el rei Rodrigo conquerieron *los* moros toda la tierra hata Portugal et Galicia, fuerasen *de las montañas de Asturias*, ò *se acollieron todas las gientes de la tierra* (p. 492, ll.16-18)

4.

A2A

...ffuy boo rey e leal e **todos** cristãos que erã enas mōtañas ajūtārōse a el **et gerrearō os mouros** (ll. 35-37)

LRV

...fo muit buen rei e leial; e **todos los** christianos qui eran en las montannas acullieron se todos ad el, **e guerreiron a moros** (p. 32, ll. 31-33)

LRT

...fue muy buen Rey et leal et los christianos, que eron en las montañas, acolleronse todos a el, *et guerrearon con el los moros* (p. 492, ll. 21-23; p. 493, l. 1)

5.

A2a

Morreo el rey don Payo et rreynou seu ffillo dom Ffaçilla, et ffuy auol rrey et **matoo hũ osso** (ll. 37-39)

LRV

Murie el rei don Pelaio, deus aia so alma, e rregno so fillo, el rei don Fafila, e fo auol omne e **mato lo un onso** (p. 32, ll. 34-35)

LRT

Et reynó su fillo el ReY Don Fafila, et fue auol ombre, *et lidió con un oso, et mató el oso a el* (p. 493, ll.3-5)

6.

A2A

E poys acordarõse *as gentes et alçarõ*<sup>35</sup> dous juyzes (l. 71)

LRV

E pues acordoron se **& eslieron** dos iudices (p. 33, l. 19)

LRT

Despues acordaronse: *escogieron* dos judeces (p. 493, l. 30)

**Acordo entre A2a/LRT contra LRV**

7. (ver 2)

A2a:

...arrãcados os cristãos e mal **desbaratados** (ll. 28-29)

LRV

...rancados los christianos (p. 32, l. 19)

LRT

...los christianos *vencidos* et **desbaratados** (p. 492, l. 10)

8.

A2A

En **esta** batalla fuy perdido el rey Rrodrigo (l. 29)

LRV

En *aquella* batalla fo perdido el rei Rodrigo (p. 32, ll. 19-20)

LRT

En **esta** batalla fue perdido El Rey Rodrigo (p. 492, l. 11)

9.

A2A

... dous juyzes que **julgassen** toda a terra (ll. 75-76)

LRV

... dos iudices porque.s cabdellassen d'estos dos iudices (p. 33, ll. 19-20)

LRT

... dos judeces que los **juzgassen**, et que los acabdelasen (p. 493, l. 31)

Não é possível nem prudente ser excessivamente conclusivo com uma porção de texto tão breve, onde são visivelmente muitos os pontos em que a versão galego-

---

<sup>35</sup> Mais atrás, *eslieron* de LRV foi traduzido em A2a por *alçaron*.

-portuguesa se afasta de ambos os textos em confronto, unicamente devido ao mecanismo da tradução<sup>36</sup>. Contudo, é visível que A2a adoptou frequentemente a mesma escolha vocabular da fonte e aí predominam os casos em que há proximidade relativamente a LRV (ex: 1, 2). O mesmo se diga no plano sintáctico, mantendo A2a traços de um enorme arcaísmo, típico da versão vilareense, contra uma maior tendência, visível na versão toledana, para a alteração da ordem dos membros da frase no sentido de tornar o enunciado menos ambíguo (ex: 2, 3, 4, 5)<sup>37</sup>. Porém, detectam-se também alguns casos em que A2a testemunha já certas opções vocabulares presentes apenas na versão toledana, funcionando, por vezes, como expansões do texto original. Atendendo a este panorama, é de crer que a versão do *Liber Regum* a que o redactor de A2a teve acesso estaria, de todos os pontos de vista, mais próxima do *Liber Regum* vilareense do que da redacção toledana, acusando já, todavia, algumas evoluções que viriam a fixar-se nesta última redacção. Ou seja, uma versão intermédia àquelas a que temos acesso, embora ainda oriunda dos meios navarros em que originalmente o *Liber Regum* foi redigido<sup>38</sup>.

### **Outras fontes de A2a: O *Privilegio de los votos a Santiago* (PV)**

Não se fica por aqui a parte do texto derivada do *Liber Regum*. Alguns detalhes que lhe foram adicionados ou subtraídos far-nos-ão lá voltar mais adiante. Vejamos agora as fontes das porções mais significativas de texto que não são provenientes daquela obra navarra, começando com o chamado *Privilegio de los Votos*, que representa, aliás, um sério entorse à estrutura do *Liber Regum*, já que introduz na narrativa dois reis leoneses que este tinha deliberadamente excluído.

---

<sup>36</sup> Há alguns singulares erros de tradução ou afastamentos voluntários por parte do redactor de A2a relativamente ao *Liber Regum*. Entre outros, "el rei Amiramozlemin" de LRV (p. 32, ll. 14-15) não é compreendido e passa a "o almirante" (l. 25); por outro lado, o redactor não gostou que Froya tivesse feito os seus homens "cornudos" (LRV, p. 33, l. 12) e optou antes por "cegos" (l. 51).

<sup>37</sup> Resta saber se este tipo de afastamento entre LRV e LRT não será devido tanto às cópias do séc. XVI, como à edição de Florez. Não pudemos apurá-lo. É de suspeitar, todavia, que originalmente a proximidade linguística entre ambas as versões fosse bem maior do que os exemplos apresentados sugerem...

<sup>38</sup> Estas observações coincidem, em grande medida, com as que foram produzidas por Cintra (1950) relativamente à versão do *Liber Regum* usada pelo Conde D. Pedro no títulos iniciais do seu *Livro de Linhagens*. Ainda assim, é necessário apurar com rigor se a versão do *Liber Regum* utilizada pelo Conde foi literalmente a mesma de que se socorreu o redactor de A2a, quanto mais não seja para compreender a real dimensão da extraordinária fortuna desse escrito genealógico no Ocidente peninsular...

Na realidade, é reproduzido de uma forma abreviada o conteúdo de uma narrativa mais extensa, forjada em Santiago pelo bispo Petrus Martius<sup>39</sup>, que veio a ser retomada com razoável estabilidade pela cronística do séc. XIII a partir do *Chronicon mundi*, de Lucas de Tuy, cujo enredo é o seguinte: o Rei Ramiro resolve não pagar aos mouros párias que vinham do tempo do rei Mauregato e que consistiam na entrega anual de cem meninas virgens, cinquenta nobres e cinquenta não-nobres ("ignobiles"). Essa decisão leva a um confronto em que os cristãos são, num primeiro momento, obrigados a recuar. No refúgio nocturno, Santiago aparece ao rei Ramiro nas vestes de um cavaleiro branco e declara-lhe que os cristãos iriam vencer no dia seguinte, mesmo sendo em menor número. Trava-se a batalha em Clavijo, os cristãos vencem e entra na tradição uma das mais persistentes lendas que irão acompanhar a Península ao longo dos séculos seguintes: a de Santiago vestido como cavaleiro branco.

Tal como sucede num diploma legal, em que um monarca exprime a sua vontade, o texto do *Privilegio* está redigido na primeira pessoa e em discurso directo<sup>40</sup>, ao passo que o do Tudense abandona essa forma e assume o conteúdo apenas como narrativa e adoptando exclusivamente o discurso indirecto.

A narrativa oferecida pelo nosso texto é concisa mas inegavelmente clara. Sendo a sua fonte necessariamente um dos textos acima mencionados, há um detalhe que denuncia a sua origem. Trata-se da datação: "Esto ffuy ãna era de IX çentos et lxxij ãnos, viij dias ante kalendas juyas (II. 61-62)". Ora, só o original do "Privilegio" possui uma indicação deste tipo, literalmente muito próxima da que A2a transmite, embora com uma divergência que nos parece motivada<sup>41</sup> e a cujo sentido voltaremos adiante: "Facta... die VIII kalendarum iunii, era DCCCLXXII" (PV, p. 136)<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Cf. FALQUE (2002).

<sup>40</sup> "...ego rex renemirus et a deo michi conjuncta urracha cum filio nostro rege ordonio... oblationem... facimus..." (p. 132).

<sup>41</sup> Na realidade, face a PV, A2a adianta cento e dez anos a data do bélico evento...

<sup>42</sup> Isto significa também que, na operação de resumo a que procedeu, o redactor não manteve a forma discursiva directa da sua fonte. O mesmo sucedera já com Lucas de Tuy.

---

### Os Annales Compostellani

Seguidamente, enquadrando a referência aos povoadores de Leão, de Amaia e de Burgos, surge uma curiosa narrativa onde se dá conta de ocorrências estranhas e insólitas:

Em este tempo ssayo chama do mar, sabbado primeyro dia de juyo, et **açendeo** muytas villas et **queymou** os homes e as bestas et as anjmallas, et ãno mar mesmo **arderõ** muytas peñas, et de Çamora **ardeo** o muro et **queymou** Carrõ et Castroxerez et Pam Coruo et outras muytas villas; et esto ffuy ãna era IX çentos lxxxvij ãnos.

Aparentemente, trata-se de um fenómeno sideral que terá ocorrido no ano 939 e que foi registado por fontes diversas, a principal das quais a *Historia gestorum regum et imperatorum sive Antapodosis*, de Hiutprandus, Bispo de Cremona, crónica latina do séc X, onde se lê (p. 46):

Hoc in tempore (An 939, Jul. 19), ut ipsi bene nostis, sol magnam et cunctis terribilem passus est eclipsin, sexta feria, hora diei tertia; qua etiam diei Abderahamem, rex vester, a Radamiro christianissimo rege Galletiae in bello est superatus. Sed et in Italia octo continuis noctibus mirae magnitudinis cometa apparuit nimiae proceritatis igneos ex sese radios fundens, subsecuturam non multo post famem portendens, quae magnitudine sui misere vastabat Italiam.

Pela descrição de ambas as fontes, ter-se-á tratado da queda de um meteoro que atravessou a Península Ibérica de Ocidente para Oriente, à latitude de Castela, sendo que o seu efeito se terá sentido ainda em Itália. Este mesmo fenómeno é ainda referido pela *Crónica de Abd-Al Rahman III, Al Nasir*<sup>43</sup>, notando este texto (p. 336), a partir de uma observação produzida a Sul da Península, que durante vários dias o Sol surgiu encoberto, provavelmente pelos gases formados pelo corpo celeste em contacto com a atmosfera.

Vários escritos analísticos, tanto em latim como em vulgar, mencionam o fenómeno. Do confronto textual de A2a com esses textos<sup>44</sup> ressalta que a fonte

---

<sup>43</sup> Como foi já notado por HERNANDO PÉREZ (2001, pp. 297-298), há uma tradição literária de descrição de acontecimentos deste tipo antes de batalhas importantes que é necessário ter em conta. Independentemente de saber se se tratou ou não de um fenómeno natural, cumpre-nos agora averiguar apenas qual o uso que dele foi feito no contexto de A2a.

<sup>44</sup> CINTRA (1950b) identificou as «*Efemerides da Rioja*» como fonte desta passagem de A2a. Porém, sob essa designação, da autoria de Manuel Gómez Moreno, encontram-se obras diversas, nem todas elas tendo sido efectivamente conhecidas e utilizadas pelo redactor do texto que nos ocupa, não sendo também seguro que circulassem em conjunto durante a Idade Média. Assim, não faremos uso dessa

utilizada estará muito próxima dos chamados *Annales Compostellanni* que devem o título ao facto de serem oriundos da sede Compostelana, conquanto tratem matéria essencialmente castelhana<sup>45</sup>:

(939) Kalend. Junii die sabbati flamma exivit de mari & **incendit** plurimas *villas & urbes* & homines & bestias & in ipso mari pinnas **incendit** & in Zamora unum barrium & in Carrion & in Castro Xeriz & in Burgis & in Berviesca & in Calzada & Ponticorvo & in Buradon & alias plurimas **combusit**<sup>46</sup>.

Identificada a origem deste pequeno texto, torna-se credível pensar que também as indicações referentes aos povoadores que o enquadram serão provenientes da mesma fonte. Com efeito, aí se lê o seguinte:

855: Populavit Ordonius Rex Legionensem Civitatem

860: Populavit Rodericus Comes Amajam per mandatum Regis Ordonii

884: Populavit Burgos Didacus Comes per mandatum Regis Alfonsi

É no entanto visível que A2a não reproduz as presentes informações tal como se lêem no texto que lhe serviu de suporte, tendo estas sido objecto de manipulação que pode (ou não) relacionar-se com o uso de outras fontes que transmitissem o mesmo tipo de informações. É assunto a que voltaremos adiante.

### **Possíveis fontes secundárias de A2a: O *Libro de las Generaciones***

Na realidade, há um conjunto abundante de acrescentos à matéria redigida a partir das fontes identificadas cuja natureza é necessário apurar. Tratar-se-á, em alguns pontos, de inovações da exclusiva autoria de quem concebeu o texto, mas noutros casos representam informações significativas que dificilmente poderiam surgir

---

designação, que se reporta ao antecedente que lhes é comum, preferindo identificar por si cada um dos escritos por ela abrangidos.

<sup>45</sup> Cf. BURGO (1978, p. 27).

<sup>46</sup> Os *Annales Compostellani* parecem ser o conjunto analítico com o qual A2a mais se aparenta neste ponto concreto. Embora o *Cronicon Burgense* esteja também muito próximo, revela-se contudo mais extenso, com alguns segmentos verbais que não se encontram no texto galego-português (referência à hora do acontecimento "hora nona"; acrescento de "casas plurimas"). Além disso, o *Cronicon Burgense* utiliza apenas uma forma verbal relativa ao fogo provocado ("combusit"), contra duas do texto compostelano ("combusit/incendit") e três de A2a ("açendeo/queymou/ardeo-arderō"). É curioso verificar que, nos seus trabalhos de revisão crítica da *Estória de España*, Afonso X acabou por acolher igualmente esta narrativa no relato do reinado de Ramiro II (cf. CAMPA, II, 1995, p. 133) . Os mesmos critérios já utilizados dizem-nos, porém, que a versão seguida foi desta vez a do *Cronicon Burgense*.

---

sem prévio suporte. Ou seja, pressupõem o uso de outras fontes, qualquer que tenha sido a modalidade dessa utilização.

Esse fenómeno detecta-se logo na parte inicial, aquela onde é predominante a transcrição, por vezes literal, como vimos, do *Liber Regum Vilarense*, com a inclusão de certas referências que encontram desta vez paralelo no *Libro de las Generaciones*:

10.

A2a

...godos... do linagē Goz e de Magoz *et de laffe, o fillo de Noe* (l. 6)

LRV

...godos ... de lignage de Gog e Magog (p. 31, l. 17)

LG

...godos... del linage **de Japhet, el fijo de Noe**, del linage de Gog et Magog (p. 50)

11. (ver 4)

A2a

Ffaçilla... ffuy auol *rrey* (l. 38)

LRV

Fafila... e fo auol **omne** (p. 32, l. 35)

LRT

Favila... et fue auol **ombre** (p. 493, ll. 3-4)

LG

Favila... e fo avol *rey* (p. 54)

O mais notório destes acrescentos é sem dúvida o que alude à condição do rei Bamba: "ffezerō rrey per eeslijçõ *a hũ home bõo que era laurador* (l. 15) ausente do *Liber Regum Vilarense*, mas não do *Libro de las Generaciones*, onde dá lugar a um pequeno enquadramento narrativo<sup>47</sup>.

Estamos desta vez perante pormenores distintivos de pequena dimensão. A primeira destas ocorrências pode ser devedora do conhecimento de uma outra fonte, ou ser apenas tributária de informações genéricas e correntes no meio cultural onde o

---

<sup>47</sup> LG, p. 51. A origem e desenvolvimento desta lenda mereceu a Cintra (1950b, pp. 31-32; 1951, p. CI) alguma atenção e a promessa de um estudo específico que, tanto quanto sabemos, não chegou a publicar. Cf. CATALÁN (1962, p. 309).

texto foi redigido. A própria *Crónica de Castela* a menciona numa narrativa retrospectiva que visa explicar como Çiltuberia e Carpentania haviam sido povoadas (CC, p. 345). A segunda das ocorrências é demasiado insignificante para permitir juízos seguros. Já a caracterização do Rei Bamba como "laurador", embora insuficiente para estabelecer uma dependência literal do *Libro de las Generaciones*, leva contudo a pensar que algumas novidades trazidas por essa obra eram já do conhecimento do redactor de A2a<sup>48</sup>.

### **Uma ou várias fontes cronísticas latinas?**

Na linha da identificação dos desvios e interpolações ao texto do *Liber Regum* seguido por A2a na sua parte inicial, há outros aspectos que levam a ponderar se houve conhecimento e eventual uso de outras fontes para além das mencionadas. Referimo-nos à caracterização de Pelayo, o primeiro rei da dinastia asturiana, como "espadeyro del rrey Rodrigo"<sup>49</sup>, que não encontramos em nenhuma das fontes analísticas conhecidas, nem viremos a achar na cronística em vulgar inaugurada por Afonso X, que preferirá caracterizar o revoltoso asturiano como "inffante" e declarar que era "escudero" de Vitiza "yl traye la espada"<sup>50</sup>, acentuando a proximidade social do futuro primeiro rei asturiano relativamente à dinastia visigótica em detrimento da sua mera função militar.

Na realidade, "spatarius" é uma designação específica da cronística latina, tendo início com a versão Rotense da *Crónica de Afonso III*<sup>51</sup> e passando de seguida para a *Historia Silense*, para a *Crónica Najerense* e finalmente para o *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy, e para a *Historia de Rebus Hispaniae*, de Rodrigo de Toledo, já no séc. XIII. À altura em que A2a é redigido, seria certamente um arcaísmo ou um pseudo-latinismo já fora de uso, porque a função do "spatarius" era provavelmente a do corrente "armiger/alferes". Além disso, a ligação de Pelayo ao rei Rodrigo não parece

---

<sup>48</sup> Sobre o *Libro de las Generaciones* e A2a ver as nossas considerações na parte final deste estudo.

<sup>49</sup> Cf. CINTRA (1950b).

<sup>50</sup> PCG, I, pp. 304-305.

<sup>51</sup> De notar que a versão "A Sebastian", mais tarde utilizada pelo Bispo Don Pelayo na constituição do conjunto de escritos historiográficos conhecido como *Corpus Pelagianum*, não contém tal caracterização.

deixar dúvidas sobre a interferência de uma fonte cronística latina neste ponto concreto do texto.

Mais adiante, A2a interpola uma breve frase aludindo ao percurso do Godos no seio do Império Romano que teria culminado do seguinte modo:

"...ueerõ astragando ata terra de Rroma. *Et lidarõ cõno emperador de Rroma et uençerõno*"

A menos que o redactor tenha consultado a *Historia Gothorum*, de Isidoro de Sevilha, esta informação virá a achar-se, por um lado, no *Chronicon Mundi*, que segue o hispalense neste ponto, ou na *Historia de Rebus Hispaniae*, que por sua vez segue o Tudense; por outro lado, está também presente na *Chronica Najerensis*, de acordo uma vez mais com a cronística isidoriana. São os mais relevantes textos a relatar a batalha em que o Godos defrontaram e venceram o Imperador Valente, vindo a provocar-lhe uma morte não deliberada. Assim, a interpolação ao texto do *Liber Regum* relevará de informações provenientes de uma dessas crónicas, conquanto nada indique que tal tenha sucedido de uma forma directa.

### **Garci Fernandez e Almansor**

Mais complexa é a avaliação do pequeno fragmento narrativo em que se dá conta, já no declinar do texto, da invasão dos reinos do Norte peninsular por Almansor e respectivo trajecto. Com efeito, ao arripio do que se podia ler em fontes analísticas castelhanas ou mesmo portuguesas, assim como na cronística mais recente, o redactor declara que o caudilho mouro se deslocou à Penha de Gormaz, tendo feito dessa praça o seu quartel-general, a partir do qual, seguindo "a rribeyra de Doyro a iusso", devastou a terra até chegar a Santiago de Compostela, onde se apoderou dos sinos da Igreja. Enquanto isto se passava, o Conde Garci Fernandez terá tomado a praça-forte de S. Estevão de Gormaz, num acto com tanto de arrojado como de astucioso segundo a sequência dos acontecimentos dá a entender. Todavia, nada nos é dito quanto ao devir de tão audaz empresa do Conde castelhano.

Poderíamos pensar que se trata aqui da reprodução de uma narrativa de tipo oral, semelhante às que terão estado na base da história semi-lendária de Fernán

Gonzalez, pai do conde aqui referido. Porém, as manifestações conhecidas dessas tradições fundem num só tempo personagens que viveram em cronologias diversas, como é usual nas narrativas com tal origem. A ser assim, seria de esperar que, como adversário de Almansor, surgisse aqui o conde Fernán Gonzalez, e não o filho, à semelhança do que sucede no *Poema de Fernán Gonzalez*<sup>52</sup>. Colocar a invasão de Almansor no tempo certo, o de Garci Fernandez, é já dar testemunho de conhecimentos que remetem para construção histórica típica da cronística.

Na realidade, esta versão das campanhas de Almansor parece beber directamente na *Crónica de Sampiro*. Embora esta crónica tenha sido redigida em época muito próxima dos acontecimentos, o seu autor mostrou-se interessado sobretudo em evidenciar o horror provocado pelas campanhas do caudilho mouro, sacrificando o detalhe cronológico no altar da intensidade emotiva, e relatando, assim, como, de uma só vez, Almansor devastou os reinos dos Francos, da Navarra e de Leão até à Galiza, culminando com o saque de Santiago uma campanha de uma violência tal que só o mar a terá detido<sup>53</sup>...

In diebus uero regni eius [Vermudo II] propter peccata populi christiani creuit ingens multitudo sarracenorum transmarinis et cum omni gente ysmaelitarum intrauit fines christianorum, et cepit deuastare multa regnorum eorum, atque gladio trucidare. Hee sunt regna Francorum, regnum Pampilonense, regnum etiam Legionense. Deuastauit quidem ciuitates, castella, omnemque terram depopulauit, usquequo peruenit ad partes maritimas occidentalis Ispanie, et Galecie ciuitatem, in qua corpus beati locobi apostoli tumulatum est, destruxit<sup>54</sup>.

Será necessário esperar pela pena informada de Lucas de Tuy para ver surgir uma narrativa consistente, embora sumária, dando conta dos acontecimentos ocorridos nesta época. Num primeiro momento, o *Chronicon mundi* relata o ataque de Almansor pelo centro da Península, que o terá levado até às portas de Leão

...a flumine Dorii, quod tunc temporis inter christianos et Sarracenos pro limite habetur, usque ad flumen Estole deuastauerunt sarraceni, et ad debellandam Legionensem urbem properans Almanzor in ripa fluminis Estole temptoria fixit (CM, p. 268).

---

<sup>52</sup> Cf. PÉREZ DE URBEL (1944, p. 334).

<sup>53</sup> Cf. PÉREZ DE URBEL (1952, p. 253 e seg.).

<sup>54</sup> Transcrevemos a versão da *Crónica Silense*, p. 172.

Posteriormente, numa campanha realizada pelo Ocidente peninsular, e atravessando explicitamente Portugal, o mouro irá atingir a cidade do Apóstolo, donde retirará os sinos da catedral, levando-os seguidamente para Córdoba (CM, p. 270).

Na realidade, nada é dito em nenhuma dessas campanhas sobre Gormaz, embora o cronista mencione atrás que os muçulmanos tinham a dita praça na sua posse desde os tempos de Abd-Al Rahman III e de Fernán González (CM, pp. 264-265). Com efeito, só virão a perdê-la definitivamente no tempo de Fernando Magno, como quer o Tudense (CM, p. 288), quer o Toledano não deixarão de indicar (HRH, p. 191).

Não seria, todavia, surpreendente que, neste ponto preciso, o nosso redactor tivesse tido acesso a outras fontes, para além das indicadas, veiculando informações alternativas àquelas que se podem colher na cronística de raíz leonesa. Com efeito, a *Chronica Naierensis*, na sua complexa e contraditória cerzidura, dá conta da tomada de "Sanctum Stephanum et Gormaz "(CN, p. 149) não por Garci Fernandez, mas sim pelo seu filho, o Conde Sancho. Não coincidindo com o que se diz em A2a, dele se aproxima, todavia, ao mesmo tempo que estabelece uma continuidade assinalável com a narrativa que este texto preludia, ou seja, a *Crónica de Castela*, onde, como veremos adiante, S. Estevan de Gormaz surge desde início na posse de mãos castelhanas.

Assim, parece de concluir que, neste ponto preciso, o redactor inovou à sua conta, reorganizando as informações disponíveis em fontes diversas. Uma possibilidade é ter ido buscar o trajecto da invasão muçulmana junto ao Douro castelhano e a perda da "penha de Gormaz" pelos cristãos ao Tudense, unindo depois essas informações à versão de Sampiro. Porém, fica por explicar um elemento fundamental, que é a personagem do conde castelhano, cuja proveniência é certamente diversa, remetendo certamente para o ambiente onde se ia forjando a história mítica de Castela<sup>55</sup>.

Nesta conformidade, torna-se mais provável que a fonte latina utilizada seja apenas a mencionada *Crónica Najerense*<sup>56</sup> já que grande parte das informações

---

<sup>55</sup> Cf. CATALÁN (2002, p. 22).

<sup>56</sup> A esta possibilidade opõe-se, todavia, a escassa difusão obtida por esta crónica. Sobre as fontes e o contexto da *Chronica Naierensis*, ver CATALÁN (2000, pp. 131-149).

presentes no nosso pequeno relato (a campanha de Almansor pelo centro da Península; o assalto a Santiago com o respectivo furto dos "signa"<sup>57</sup>) lá se encontram já reunidas, à qual se acrescentariam novas informações provenientes do ambiente onde esta crónica circulava. Na realidade, assim como esta crónica reformula o episódio da conquista definitiva de S. Estevan de Gormaz, não é de excluir que, oriunda dos mesmos meios, fosse já conhecida, ao longo do séc. XIII, uma versão mais evoluída desse episódio, atribuindo-o a Garci Fernandez.

Esta última hipótese permitiria compreender, por sua vez, o facto de tanto os manuscritos da *Versão Concisa da Estória de España*, como a *Versão Amplificada* publicada por Menéndez Pidal, conterem uma referência à tomada de S. Estevan de Gormaz por Garci Fernandez literalmente muito próxima da que encontramos em A2a:

Cobrarõ os cristãos a peña de Ssancto Esteuõ et meteosse en ela o conde Garcia Ffernandez et anparoua o mellor que pode (A2a, ll. 90-92).

Et el [Garci Fernández] gano Sant Esteuan de Gormaz de moros que era perduda, et la mantouo muy bien despues en so uida (PCG, II, p. 426)

Sendo totalmente de arredar a possibilidade de A2a ter conhecido qualquer uma daquelas versões da cronística alfonsina e pós-alfonsina, já que nada até hoje indiciou que esse esforço historiográfico fosse conhecido no Ocidente peninsular na época em que se executava a tradução da *Crónica de Castilla*<sup>58</sup>, torna-se inevitável pensar que o pequeno texto galego-português conheceu a mesma fonte que foi também usada nas duas versões da *Estória de España* mencionadas. Ora essa fonte, correspondente à que atrás fizemos alusão, está suficientemente identificada como um escrito historiográfico-lendário de matéria castelhana centrado na figura de Garci Fernandez que conteria não apenas a tomada de S. Estevan de Gormaz por este conde castelhano, mas também o relato da batalha do Vau de Cascajares e sobretudo os

---

<sup>57</sup> A *Chronica Naierensis*, no seu cap. II. 36, reproduz, entre outras fontes, grande parte do texto da *Crónica de Sampiro*, com suplementares detalhes referentes à ocupação de Santiago. Todavia, não estão presentes as referências ao trajecto junto ao rio Douro.

<sup>58</sup> Esta hipótese chegou a ser ponderada por CINTRA (1950b). Note-se, porém, que apenas a notícia em apreço, sobre a tomada de S. Estevan de Gormaz, é comum a A2a e à *Versão Amplificada da Estória de España*, sendo as sequências narrativas em questão em tudo o resto completamente independentes e sem nenhum ponto de contacto. Anote-se ainda que a cópia da *Versão Amplificada da Estória de España* contida em A1 é reconhecidamente posterior a A2a. Cf. LORENZO (1975, I, p. XLV).

episódios das condessas traidoras<sup>59</sup>. A inserção desta sequência na cronística em vulgar não é realizada em nenhuma das versões patrocinadas por Afonso X, mas sim um pouco mais tarde, no manuscrito original na Versão Amplificada, num processo algo peculiar detalhadamente estudado por Inés Fernández-Ordóñez<sup>60</sup>.

### **Manipulações cronológicas**

Um caso igualmente complexo parece ser aquele que se identifica pelas referências aos povoadores de Burgos, de Amaia e de Leão. Com efeito, torna-se visível que o redactor se afasta em vários pontos dos *Annales* que lhe haviam servido de suporte para a narrativa do acontecimento astronómico do ano de 939 a que atrás aludimos, sendo manifesto que procedeu, face a essa fonte, a uma importante quantidade de transformações.

Na realidade, surpreende que o dito acontecimento astronómico surja enquadrado pela alusão aos dois mais antigos povoadores do espaço castelhano, D. Rodrigo e D. Diego, quando nos *Anais Compostelanos* estes são remetidos para o século anterior, a uma distância temporal de várias gerações. Para mais, esta reformulação cronológica confirma-se com facilidade porque o redactor adianta uma data precisa para a ocorrência do acontecimento astral (Era 987) que apenas em dez anos se afasta da que encontramos nos mencionados *Annales*.

Ora, a entrada dos míticos povoadores castelhanos na escrita historiográfica dá-se por iniciativa do Bispo Don Pelayo de Oviedo na reformulação operada sobre a *Crónica de Sampiro*, com a particularidade de ambos serem aí deslocados para uma época imediatamente posterior a Ordonho III, filho de Ramiro II<sup>61</sup>. Esta cronologia virá a ser globalmente mantida pela cronística posterior, nomeadamente pela *Chronica Najerensis*, pelo *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy e pela *Historia de Rebus*

---

<sup>59</sup> CATALÁN (2000, pp. 134-137). Como fonte deduzida, recaem sobre os seus contornos dúvidas várias. Não sabemos se estaria originalmente escrita em latim ou em vulgar, nem qual o grau de proximidade face a uma hipotética redacção da *Crónica Najerense*. [Já depois de terminado e publicitado o presente estudo, tivemos conhecimento de BAUTISTA (2006), extensa e informada abordagem da origem, estratégia e impacto deste incerto texto centrado na figura de Garci Fernández, que terá tido origem no Mosteiro de Cardeña e se terá difundido nos primeiros anos da década de 1270].

<sup>60</sup> Desenvolvendo as conclusões de CATALÁN (1962, pp. 17 e seg.), FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (1992, pp. 73-82) mostrou como a interpolação efectuada no ms. E2c contaminou o original donde derivam os manuscritos actualmente conhecidos da *Versão Concisa*.

<sup>61</sup> Cf. PÉREZ DE URBEL (1952, pp. 136 e seg.).

*Hispaniae*, de Rodrigo de Toledo. É neste quadro de referência historiográfico que o nosso redactor se coloca, o que é flagrantemente confirmado pela data em que situa a batalha de Clavijo (Era 972), o que significa que atribui essa vitória militar não a Ramiro I, mas sim a Ramiro II<sup>62</sup>...

Não é possível apurar se a inversão da ordem dos próceres castelhanos, colocando D. Diego, povoador de Burgos, à cabeça, e só depois D. Rodrigo, ao contrário do que diziam os Anais, se terá devido ao facto de aquela "vila" possuir, na memória mítica castelhana do final do séc. XIII, uma importância maior do que Amaia. Porém, a completa singularidade que consiste em fazer do Rei Ramiro o povoador de Leão, possibilidade que não encontra apoio em nenhuma fonte analítica, cronística ou poética do nosso conhecimento, que antes convergem em atribuir esse papel ao rei Ordonho, está também intimamente relacionada com uma necessidade de compatibilização de fontes. É que o texto do *Privilegio de los Votos* mencionava que o rei Ramiro tinha já concedido leis e foros em Leão ("dedimus apud legionem legem populis", p. 132), o que dificilmente poderia ter sucedido se o povoador da cidade apenas viesse a ser o seu filho<sup>63</sup>. Assim, mesmo que tal não estivesse explicitado em parte alguma do seu texto, por uma questão de escrúpulo, restava a solução de atribuir esse papel ao próprio Ramiro<sup>64</sup>.

Em todo o caso, como em exemplos vistos acima, o redactor move-se num quadro que é o da cronística latina dos séc. XII e XIII, quadro que lhe serve de referência de fundo e onde vai buscar pormenores como cronologias, indicações topográficas ou pequenas notícias, mas que não usa extensamente, bastando-lhe, para esse efeito, a estrutura do *Liber Regum* acrescentada da forma que temos vindo a descrever. Entre essas fontes sobressai a *Chronica Naierensis* sistematicamente evocada em todos os pontos críticos identificados.

---

<sup>62</sup> Este facto não passou despercebido a CINTRA (1950b).

<sup>63</sup> O mesmo não se passou com o redactor do *Livro Velho de Linhagens* que manteve Ordonho como povoador de Leão (LV, p. 50), conquanto as fontes usadas na confecção desta obra tenham sido substancialmente as mesmas que se detectam em A2a.

<sup>64</sup> O mesmo escrúpulo pode também ter estado presente atrás, com a inversão dos nomes dos povoadores de Amaia e de Burgos. A solução encontrada permite manter intocável a versão da fonte analítica, quando esta diz que o povoamento de Amaia tinha sido feito a mando do rei Ordonho.

---

### O final do texto e a matéria das *Mocedades de Rodrigo*

A forma como A2a termina denota um claro intuito de ajustar as informações aduzidas à narrativa da *Crónica de Castela* que se iria seguir. Nesse sentido, são antecipados alguns elementos constantes dessa crónica, como o casamento de Fernando Magno e o epíteto atribuído a este rei, que se viria a tornar muito corrente, mas nesta altura ainda não o era certamente, de "par de imperador". Intrigante, todavia, é a nomeação, um pouco atrás (l. 95), do filho do Conde Sancho Garcia (o Infante Garcia cuja morte terá dado origem a um texto épico<sup>65</sup>) como "Sancho Garcia", à semelhança do pai. Poderia ser um simples equívoco não fora o facto de as *Mocedades de Rodrigo*, cujo antecedente do séc. XIII fora já usado pela *Crónica de Castela*<sup>66</sup>, designarem o filho do mencionado conde castelhano desse modo, com o propósito de o confundirem com o navarro Sancho Garcia "Abarca". Naquele poema épico, torna-se patente o propósito de entroncar este rei navarro nos Condes de Castela, evitando assim a quebra de varonia que historicamente se verifica na linhagem destes últimos e tornando Fernando Magno deles descendente por via masculina.

Terá A2a conhecido as *Proto-Mocedades de Rodrigo*?<sup>67</sup> Não sendo possível responder afirmativamente, fica no entanto a suspeita.

### Das fontes aos propósitos: a estratégia da escrita

Concebido para introduzir a primeira grande obra cronística vertida para o romance do Ocidente peninsular, A2a é um texto que diz francamente mais do que a sua dimensão e a armadura visível da sua construção permitem adivinhar. À partida, o seu redactor não se conformou com o projecto de escrita subjacente à *Crónica de Castilla*, temporalmente confinado à posteridade de Fernando Magno<sup>68</sup>, e entendeu

---

<sup>65</sup> Ponto da situação em CATALÁN (2000, pp. 34-37).

<sup>66</sup> MARTIN (1992); ARMISTEAD (2000); MONTANER FRUTOS (1988).

<sup>67</sup> Permitimo-nos designar deste modo o antecedente das actuais *Mocedades de Rodrigo*. Temos também em conta que o seu conteúdo não se afastaria tanto do texto actualmente conhecido como por vezes se chegou a pensar. Sobre o assunto, ver CATALÁN (2002, pp. 31 e seg.).

<sup>68</sup> Ao introduzir a linhagem do Cid de acordo com a estrutura genealógica que ainda se pode ler nas *Mocedades de Rodrigo*, a *Crónica de Castela* apresenta uma das mais radicais versões conhecidas do

proceder a um recuo conológico que é também uma variação de perspectiva, enfrentando a dificuldade de mergulhar em tempos necessariamente nebulosos, dado o carácter deficiente e contraditório das fontes disponíveis que permitiam aceder-lhes.

Quis apenas redigir um texto introdutório, mas não foi, com toda a probabilidade, por essa razão que decidiu seguir e transcrever o *Liber Regum*, desde a vinda do Godos a Espanha até aos últimos Condes de Castela. Pelo que vimos, podia tê-lo feito adoptando o modelo da cronística leonesa já que esta lhe era familiar. Não cremos que um meio social suficientemente rico e activo para proceder à cópia de um exemplar da *Crónica de Castela* deixasse de encomendar uma tradução parcial de uma versão da *Crónica de Afonso III* e da *Crónica de Sampiro* e respectivas continuações, das várias existentes, particularmente se tivesse tido acesso a um escrito que incorporava já todos esses materiais, como pode ter sido o caso.

A opção pelo *Liber Regum* radica em razões que podemos considerar "de perspectiva historiográfica", condicionadas sobretudo pelo critério de construção da narrativa sobre o passado que esta obra possibilitava<sup>69</sup>. Tal como sucedeu com outros escritos que foram surgindo ao longo do séc. XIII, dos quais destacamos o *Poema de Fernán González* e as *Proto-Mocedades de Rodrigo*<sup>70</sup>, este último parcialmente transcrito na parte inicial da *Crónica de Castela*, a utilização do esquema genealógico-legitimatório do *Liber Regum* impõe uma perspectiva que se afasta da história oficial leonesa, se não lhe é mesmo totalmente hostil.

Não é tanto a herança gótica que está em causa, de uma maneira ou de outra reclamada por todos os quadrantes da escrita a que nos referimos, mas sim o privilégio concedido à dinastia astur-leonesa na representação do poder que dela

---

episódio dos Juízes de Castela ao declarar "quando finou el rey dō Pelayo, o Mōtesiño, ficou o rreyno de Castela sen rey. Et fizerō y dous alcalles..." (p. 308). Já antes, a narrativa propiciada por esta crónica tivera ostensivamente lugar com a enunciação do vazio de poder leonês: "Quando finou el rey dō Bermudo ficou o rreyno de Leō sē rey..." (p. 307), não deixando lugar a qualquer expectativa positiva sobre o destino das dinastias astur-leonesas. Mais adiante são ainda recuperados, em narração retrospectiva, outros momentos da história do passado peninsular anterior a Fernando Magno (p. 345, já atrás mencionado). Tudo isto leva a concluir que quem concebeu esta crónica não tinha qualquer intenção de a fazer preceder de uma outra narrativa, mais ou menos extensa, que tratasse a matéria que actualmente ocupa A1.

<sup>69</sup> Esta mesma ideia transparece já das palavras de CATALÁN (1970, p. XLIV).

<sup>70</sup> Embora não utilizando o *Liber Regum*, a *Historia Regum Castellae*, omitindo a dinastia astur-leonesa e enumerando os ascendentes dos reis castelhanos a partir de Fernán González, filia-se igualmente na mesma representação mítica do passado castelhano.

decorre<sup>71</sup>, não só até Vermudo III, mas também depois, pela linha que de Afonso VI leva ao seu neto imperador e, seguidamente, a Fernando III, o definitivo unificador destas duas coroas<sup>72</sup>.

A quebra dinástica do tempo de Afonso II e a fatal indicação, totalmente mantida pelo nosso texto, segundo a qual "non remaso omne de so lignage qui mantouiesse el reismo"<sup>73</sup>, retira à dinastia leonesa a supremacia que a cronística deste reino sistematicamente reivindicava, abrindo o campo a que outras dinastias (a castelhana num primeiro momento, mas logo a seguir também a navarra, após entroncar com a linhagem do Cid), reclamassem para si, na condução dos destinos dos respectivos reinos, a legitimidade decorrente dos míticos Juízes de Castela, autênticos Patriarcas do Antigo Testamento, colocando-se em idêntica posição à dos leoneses perante a herança gótica.

Nesse sentido, ao optar por uma construção do passado legitimador proveniente do *Liber Regum*, A2a denuncia claramente a existência no Ocidente peninsular de meios sociais igualmente hostis à ideia da supremacia leonesa e apostados em estabelecer laços privilegiados com Castela e com a sua história mítica.

### **Conquista e povoamento**

Na realidade, a montante da questão genealógica situa-se uma outra que não deixa de estar bem patente ao longo de todo o texto. Referimo-nos à soberania sobre a terra adquirida por meio da conquista. Seguindo o *Liber Regum*, foi assim que os Godos ganharam direito à Espanha. Após a invasão muçulmana, foi de novo pela guerra que os primeiros reis asturianos, nomeadamente Afonso I, retomaram várias cidades e fortificações, não voltando a perdê-las senão "per arrebatu" (l. 49). A uma mesma lógica pertence também a primeira interpolação ao *Liber Regum* que ocorre na narrativa de Clavijo, que parece, à primeira vista, um entorse grosseiro ao esquema

---

<sup>71</sup> Cf. MARTIN (1984).

<sup>72</sup> Ao longo do séc. XIII, esta linha legitimatória é explicitamente reclamada por Lucas de Tuy. Sobre a biografia e a postura ideológica deste importante escritor, ver MARTIN (1992, pp. 201-250; 2001); HENRIET (2001); LINEHAN (2001).

<sup>73</sup> "Et este rrey dom Affonso nõ leyxou ffillo nehũ et esteue a terra ssen rrey grandes tempos..." (ll. 74/75).

herdado do *Liber Regum*. Todavia, visto com atenção, o que está em causa é o mesmo princípio da aquisição de soberania sobre a terra. Os reinos cristãos encontravam-se submetidos ao poder muçulmano. De acordo com o *Privilegio dos Votos a Santiago*, essa submissão era expressa pela obrigatoriedade de pagar o tributo das cem donzelas. A recusa da submissão acarretará a guerra e esta concretizar-se-á na batalha de Clavijo em que Santiago dará uma ajuda fulcral para a obtenção da vitória. A colocação desse episódio neste ponto preciso, quando ainda não entraram em cena os Condes de Castela, faz dele um episódio legitimatório que pode ser partilhado pelo conjunto da cristandade ibérica. A partir desse momento, todos os poderes peninsulares virão a reclamar como seu o patrocínio de Santiago na luta pela soberania contra o poder mouro.

Com o povoamento de Leão, consuma-se todavia o último acto de soberania atribuído a um rei leonês. Seguem-se os Condes Castelhanos povoadores e doravante apenas deles se falará<sup>74</sup>. A evocação do acontecimento astral que arrasa o território de Astorga a Pancorvo, ou seja o território castelhano (e não só) de uma ponta a outra, não pode deixar de ser lido como um motivo revelador das dificuldades a enfrentar pelos condes castelhanos, a contas com adversários que transcendem as forças humanas. Mas a colocação de um deles *antes*, e do outro *depois* do evento, numa estratégia de cerco verbal, leva a concluir que nem perante esse inimigo os castelhanos terão recuado. A estranha narrativa acaba por funcionar como se de um motivo épico se tratasse, numa fase da história castelhana que é intensamente marcada pelo percurso ascendente que há-de levar à constituição do condado e depois ao reino.

Pode então retomar-se o rumo da sucessão dinástica proveniente do *Liber Regum*, com a descontinuação dos reis leoneses dando origem à eleição do Juízes que se prolongará pelos descendentes de Nuno Rasoira. No singular episódio de S. Estevan de Gormaz, que a cronística latina de raiz leonesa considerava uma

---

<sup>74</sup> Não sendo nossa intenção suscitar aqui um problema que deu lugar a vasta polémica entre os historiadores ao longo do século passado, devemos todavia indicar que "povoamento" é termo usado com alguma liberalidade em toda a literatura historiográfica, nesta incluída a produção em língua vulgar, algumas vezes versificada, que trata matéria histórica. Se em alguns casos o termo se refere a transferência de populações, noutros parece indicar apenas a imposição e o exercício de um poder efectivo e organizado, numa linha próxima do entendimento proposto por MATTOSO (1993, pp. 449 e seg.). Nesse sentido, o povoamento é gerador de uma legitimidade semelhante à da conquista no tocante ao exercício efectivo da soberania de alguém sobre um dado território.

conquista definitiva do tempo de Fernando Magno, o tom épico é uma vez mais retomado, agora sob a forma de um momento de resistência singular por parte de Garci Fernandez, o conde castelhano que a história havia tratado de uma forma mais dúbia...

É também claro que o episódio de Gormaz, à luz do que atrás dissemos sobre os ajustamentos de A2a à narrativa da *Crónica de Castela* que precede, visa também solucionar satisfatoriamente uma contradição que surge entre as informações veiculadas pela cronística latina e o enredo das *Proto-Mocedades* de Rodrigo que aquela crónica tão abundantemente acolhe: referimo-nos aos episódios do confronto entre o jovem Cid e o conde Gomez de Gormaz, dos quais virá a resultar mais adiante o casamento do herói castelhano com Dona Jimena. Na realidade, era preciso que San Estevan de Gormaz estivesse já em mãos cristãs para que pudesse ser a praça-forte do desditoso conde, o que não sucederia se prevalecesse a narrativa que a tradição cronística leonesa transmitia. Uma razão mais para fazer de Garci Fernandez um épico resistente que teria conseguido a proeza de não deixar cair em mãos muçulmanas um lugar que tão emblemático se viria a tornar.

### **Pontos de vista da escrita**

Denunciará o redactor, em algum momento da sua breve história, o local a partir do qual organiza o seu relato? Pensamos que sim. E isso pode ser comprovado pelo modo como usa as suas fontes principais, omitindo, acrescentando ou transformando ostensivamente informação delas constante. No *Liber Regum* diz-se, de acordo aliás com uma lenda disseminada por toda a cronística conhecida relativa à perda da terra da Espanha pelos cristãos, que a sepultura do Rei Rodrigo viria a ser encontrada em Portugal:

"...mas pues a luengos tiempos, en Uiseu en Portugal, troboron un sepulcre que dizian las letras qui de susu eran escritas que alli jazia el rei Rodrigo, el qui fo perdido en la batalla en el tiempo de los godos" (LRV, p. 32, l. 21-25)

Ora, o nosso redactor omite toda esta passagem. Não lhe terá agradado que o rei que representa a derrota cristã e a perda da terra achasse em Portugal repouso para o seu corpo, ou será esta omissão fortuita? Como quer que seja, a atenção do redactor aos

territórios português e galego manifesta-se repetidamente ainda que de formas distintas.

Logo de seguida, quando o *Liber Regum* afirma que os mouros haviam conquistado toda a terra "tro en Portugal & en Gallicia" (p. 32, l. 27) o redactor de A2a entende por bem dizer antes "conquereron mouros España..." (ll. 30-31).

Mais adiante, enumerando longamente as conquistas de Afonso I das Astúrias, onde o *Liber Regum* escrevia: "Lugo... Tub... Portugal... Bragana... Viseu... Flavia... Ledesma... Salamanca..." (p. 33, ll. 3-6), A2a omite os primeiros quatro nomes, acrescentando-lhes todavia "Et cõquero de mouros a Coinbra, hũa villa que he en Purtugal" (l. 44). A operação obedece a propósitos compreensíveis, tendo em conta uma lógica de reclamação da soberania fundamentada nos direitos da conquista. Na realidade, Viseu e Coimbra viriam a ser tomadas por Fernando Magno, tornando-se assim a sua menção redundante, e Flavia estava fora do perímetro do Entre-Douro-e-Minho, definido pelo triângulo Portugal<sup>75</sup>-Braga-Tuy. Ora é sobre este último espaço que o redactor faz incidir a sua atenção parecendo querer ciosamente salvaguardá-lo da conquista do monarca asturiano. Essa atenção estende-se também a Lugo<sup>76</sup>, a montante do rio Minho no norte da Galiza, mas aí a dúvida instala-se sobre se o redactor terá feito silêncio sobre esta localidade ou se simplesmente ela não estaria já na sua fonte<sup>77</sup>.

Embora se passe um fenómeno paralelo relativamente a porções importantes do território castelhano<sup>78</sup>, tal não surpreende num texto cuja preocupação é preludiar a excelência castelhana e que estaria, por isso, naturalmente atento à problemática das legitimidades territoriais nesse solo. Mas sendo uma versão galego-portuguesa

---

<sup>75</sup> Tenha-se em atenção que há uma oscilação notória, que vem já da cronística leonesa, em torno da utilização do topónimo "Portugal", que ora define Porto-Gaia e sua região, ora se usa para designar um espaço mais amplo, por vezes já coincidente com o que virá a constituir a partir do séc. XIII o Reino de Portugal. No caso vertente, é a primeira das acepções que está em jogo.

<sup>76</sup> Este elenco de conquistas é proveniente da asturiana *Crónica de Afonso III*. Adoptando outro ponto de vista, poderemos também admitir que o texto está a retirar a Afonso I os direitos de conquista sobre o arcebispado de Braga e sobre algumas das suas mais importantes sedes episcopais, o que reforça a perspectiva que avançamos.

<sup>77</sup> Na realidade, a versão toledana do *Liber Regum* não menciona Lugo. Como o exemplar manejada por A2a contempla algumas inovações presentes nesta versão, é também possível que esta localidade já lá não estivesse presente.

<sup>78</sup> São omitidas Sepulbega e Maia, substituídas por Portello, Ujcadeyrolo, Ouroña, Ffundaliz e Orção. Do espaço leonês apenas Leiion é omitida.

destinada aos meios galego-portugueses, as omissões e transformações detectadas fazem pensar que o seu redactor seria particularmente sensível a saber quem reclamava a legitimidade da conquista sobre o Sul da Galiza e sobre o espaço senhorial do Entre-Douro-e-Minho.

Essa mesma perspectiva é de alguma forma reforçada pela singular narrativa da campanha galega de Almansor. Na realidade, a versão escolhida "poupa" deliberadamente "Portucale" à investida do caudilho mouro, mesmo sabendo-se que essa versão dos acontecimentos apenas se colhia em remotos escritos, entretanto contrariados por outras fontes, nomeadamente portuguesas<sup>79</sup>, que eram mesmo as mais explícitas quanto ao facto de essa invasão ter tido início com um desembarque marítimo realizado em Portugal. Mas, por outro lado, não passa pelo silêncio a profanação da cidade do Apóstolo. Quererá isto dizer que o texto foi redigido em meios portugueses?

Na sequência de hipóteses já formuladas por Lindley Cintra<sup>80</sup>, Diego Catalán<sup>81</sup> via uma inevitável continuidade entre o conjunto de textos reunidos em A2, a obra do Conde D. Pedro (*Livro de Linhagens e Crónica de 1344*) e a *Crónica de 1404*, que se revelaria essencialmente na similaridade de fontes usadas por estas três iniciativas, uma das quais seria a versão de *circa* 1260 do *Liber Regum* conhecida como *Libro de las Generaciones*. A hipótese de o responsável pela tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* contida em A2 ter sido já o Conde de Barcelos era mesmo explicitamente ponderada e defendida<sup>82</sup>, embora se reconhecesse que, a ter sucedido, D. Pedro Afonso seria então necessariamente muito jovem.

Em 1970, porém, essa convicção sofre um sério abalo, em grande medida perante a verificação de que o Conde D. Pedro não tinha tido acesso ao ms A2<sup>83</sup>, sendo-lhe alheias as inovações trazidas por A2a. Por outro lado, este pequeno escrito não tinha conhecido (pelo menos directamente) o *Libro de las Generaciones*, tão

---

<sup>79</sup> É o que se passa com o *Chronicon Lusitano*, uma das mais detalhadas fontes que narram a invasão de Almansor que o há-de levar a apropriar-se do sinos da catedral da cidade do Apóstolo.

<sup>80</sup> CINTRA (1951, pp. CCCXXIX-CCCXXX).

<sup>81</sup> CATALÁN (1962, p. 357 e seg.).

<sup>82</sup> CATALÁN (1962, p 410, n. 1).

<sup>83</sup> CATALÁN (1970, p. XLVIII).

extensamente usado pelo Conde de Barcelos. Adensando a complexidade do processo de difusão do *Liber Regum*, Catalán verifica ainda que a versão do *Liber Regum* usada no *Livro de Linhagens* afinal fora a toledana, o que o leva a concluir que D. Pedro tivera provavelmente à sua disposição várias versões desta obra<sup>84</sup>.

Sem abandonar a ideia de que o conjunto presente em A2 tivera origem em Portugal, tornavam-se patentes as discontinuidades entre o conteúdo deste manuscrito e a obra do Conde D. Pedro, ficando aberto o caminho a que se pudesse equacionar a possibilidade de outros meios e de outras personalidades terem tido essa iniciativa antes de o Conde D. Pedro dar início à sua actividade literária. Mas tal ponderação não ocorreu verdadeiramente até ao momento presente.

Perante isto, o que é possível adiantar, segundo as observações atrás produzidas, é que A2a parece reflectir um ponto de vista situado em "Portucale" antigo ou na Galiza senhorial. Lembre-se ainda que, no contexto da nobreza deste período, nada do que é português deixa de ser também um pouco galego, de tal modo eram fortes as ligações entre as linhagens que ocupavam ambos os espaços. Nesse sentido, e não apenas de uma perspectiva estritamente linguística, é um texto verdadeiramente "galego-português".

Para além disso, porém, no seu castelhanismo extremo (mesmo contemplando uma extensão dos reis leoneses a um Ramiro e a um Ordonho legitimados pela aparição de Santiago) A2a afasta-se daquilo que virá a ser a ideologia do Conde de Barcelos, centrada numa recuperação por inteiro do passado leonês e na sua integração num conceito pan-ibérico de legitimidade senhorial<sup>85</sup>.

Também se compreenderia mal como um texto com tais pressupostos ideológicos poderia alguma vez emanar da corte portuguesa de D. Dinis<sup>86</sup>, provavelmente já bem empenhada em dar maior dimensão à *Primeira Crónica*

---

<sup>84</sup> Todas estas perplexidades são enunciadas numa só página (CATALÁN, 1970, p. XL).

<sup>85</sup> Cf. FERREIRA (2005).

<sup>86</sup> Hipótese que parece ser aflorada por CATALÁN (1970, p. XLIV), perante a inviabilidade da sua atribuição ao jovem D. Pedro Afonso. Por outro lado, o carácter definitivamente aristocrático de A2, nas várias partes que o constituem, torna difícil aceitar que tal obra saísse da iniciativa de meios clericais afectos à catedral de Mondoñedo, embora seja provável que lá tenha estagiado posteriormente, quando já associado a A1 (CATALÁN, 1995). De qualquer forma, será sempre de aguardar estudos mais aprofundados sobre os *scriptoria* existentes nesta época e respectiva actividade para ter uma ideia segura sobre este problema.

*Portuguesa* e à reclamação, que a percorre de uma ponta à outra, de uma legitimidade própria, independente quer da mitificação da Castela heróica, quer da tradição leonesa<sup>87</sup>.

Resta-nos pensar que tanto a cópia traduzida da *Crónica de Castela*, como o texto que a introduz, e ainda a breve continuação com a qual primitivamente terminava em A2, foram elaborados em meios senhoriais portugueses ou galegos (ou ambos) possuidores de uma personalidade suficientemente forte para promoverem uma iniciativa de escrita já de algum fôlego. Meios, além disso, interessados em reclamar uma herança de conquista e de povoamento que exaltava o exemplo da Castela heróica. Nesse sentido, não deixa de ser particularmente interessante verificar que as fontes usadas por A2a são em grande medida as mesmas que se detectam no *Livro Velho de Linhagens*, para além de estes dois escritos comungarem de uma mesma ideologia legitimatória, como noutra sede teremos oportunidade de demonstrar<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Sobre a *Primeira Crónica Portuguesa*, ver MOREIRA (2008).

<sup>88</sup> A possibilidade, adiantada por CATALÁN (1971, p. LIX), de A2a ter sido elaborado em ambiente castelhano, antes da sua redacção galego-portuguesa, encontra, a nosso ver, as maiores dificuldades. Em primeiro lugar, trata-se de um texto que não se pode compreender a não ser como introdução à *Crónica de Castela*. Se existisse previamente, não se entenderia que a sua tradução tivesse ocorrido somente após a cópia da referida crónica, nem que evidenciasse características materiais mais próprias de um documento do que de um texto narrativo. Além disso, revela traços de grande atenção aos espaços português e galego. Por outro lado, as fontes que maneja são, em grande medida, as que haviam já sido utilizadas na redacção do *Livro Velho de Linhagens*, com a particularidade de não serem extraídas dessas fontes as mesmas informações como teremos ocasião de mostrar noutra sede.

**Bibliografia:**

Textos:

**Anais Compostelanos**

"Annales compostellani ex codice compostellano vulgo tumbo negro appellato", in FLOREZ, Enrique, *España sagrada*, vol. XXIII, pp. 318-325.

**Chronicon Lusitano**

in BRANDÃO, Frei António, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1632 (reimp. Lx, INCM, 1973), pp. 271-276.

**Crónica Albeldense**

"Chronica Albendensia", in *Cronicas Asturianas*, ed. Juan GIL FERNANDEZ/ Jose L. MORALEJO/ Juan I. RUIZ DE LA PEÑA, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, pp. 151-188.

**Crónica de Abd-Al Rahman III**

IBN HAYYAN, de Córdoba, *Cronica del califa Abdarrahan III An-Nasir III entre los años 912 e 942*, trad. VIGUERA, Maria de Jesús/ CORRIENTE, Federico, Zaragoza, Anubar Ediciones, 1981.

**Crónica de Afonso III, versão rotense**

"Adefonsi Tertii Chronica. Rotensis", in *Cronicas Asturianas*, ed. Juan GIL FERNANDEZ/ Jose L. MORALEJO/ Juan I. RUIZ DE LA PEÑA, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, pp. 114-149.

**Crónica de Afonso III, versão "a Sebastian"**

"Adefonsi Tertii Chronica. Ad Sebastianum", in *Cronicas Asturianas*, ed. Juan GIL FERNANDEZ/ Jose L. MORALEJO/ Juan I. RUIZ DE LA PEÑA, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, pp. 114-149.

**Crónica Najerense (CN)**

in ESTÉVEZ SOLA, Juan A. (1995, pp. 1-230).

**Crónica de Sampiro**

in PEREZ DE URBEL, Justo (1952).

**Chronicon Burgense**

"Chronicon burgense", in FLOREZ, Enrique, *España sagrada*, vol. XXVI, pp. 308-311.

**Chronicon Mundi (CM, Tudense)**

*Lucae Tudensis, Chronicon Mundi*, cura et studio Emma FALQUE, Turnhout, Brepols, 2003.

**Continuação e conclusão da Crónica de Castela (A2c)**

in LORENZO (1975, I, pp. 898-900).

**Crónica do Bispo Don Pelayo**

*Crónica del obispo don Pelayo*, ed. Benito SANCHEZ ALONSO, Madrid, J.A.E.I.C, 1924.

**Crónica de 1344 de D. Pedro de Barcelos**

in CATALÁN (1970, pp. 1-208).

Ms. 2658 da Biblioteca Universitária de Salamanca.

**Crónica Geral de Espanha de 1344 (Refundição de c. 1400)**

CINTRA, Luís Filipe de Lindley, Voll. II a IV, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951-1991.

**Estória de España, Versão amplificada de 1289**

*Primera Crónica General de España (PCG)*, publicada por Ramón Menéndez Pidal, 2 voll, Madrid, Editorial Gredos, 1955.

**Estória de España, Versão Concisa**

Ms X-i-11 da Biblioteca do Escorial.

**Estória de España, Versão Crítica**

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (1993, pp. 353-561).

CAMPA, Mariano de la (1995), *La «Crónica de veinte reyes» y las versiones «Crítica» y «Concisa» da la «Estória de España»*. *Ediciones críticas y estudio*, Universidad Autónoma de Madrid (tesis doctoral policopiada).

*Crónica de Veinte Reyes*, coord. Cesar Hernandez Alonso, Vitória, Ayuntamiento de Burgos, 1991.

**Historia Gestorum Regum Et Imperatorum Sive Antapodosis, Liutprandus Cremonensis Episcopus**

[http://www.documentacatholicaomnia.eu/a\\_1101\\_Chronica\\_Historiaequ.html](http://www.documentacatholicaomnia.eu/a_1101_Chronica_Historiaequ.html)

**Historia de Rebus Hispaniae (HRH, Toledano)**

*Roderici de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, cura et studio Juan FERNÁNDEZ VALVERDE, Tournhout, Brepols, 1987.

**Historia Silense**

PEREZ DE URBEL/ GONZÁLEZ RUIZ-ZORRIILLA (1959), pp. 113-219.

**Introdução à Crónica de Castela (A2a)**

in LORENZO (1975), pp. 900-903.

**Liber Regum Vilarense (LRV)**

COOPER, Louis, *El Liber Regum. Estudio lingüístico*, Institución «Fernando el Católico», Zaragoza, 1960.

**Liber Regum Toledano (LRT)**

FLOREZ, Enrique, *Memoria de la reynas catholicas...*, 2 voll, Madrid, Antonio Marín, 1761, pp. 481-494.

**Libro de las Generaciones (LG)**

*Libro de la Generaciones*, ed. FERRÁNDIZ MARTÍNEZ, Josefa, Valencia, Anubar, 1968.

**Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LL)**

in *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. II. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1980.

**Livro Velho de Linhagens (LV)**

in *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. I. *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1980, pp. 21-60.

**Tradução galego-portuguesa da Crónica de Castela (A2b)**

in LORENZO (1975, I, pp. 305-794).

**Tradução galego-portuguesa da Crónica Particular de S. Fernando (A2d)**

in LORENZO (1975, I, pp. 795-897).

**Tradução galego-portuguesa da Versão Amplificada da Estória de Espanha (A1)**

in LORENZO (1975, Ipp. 1-304).

**Mocedades de Rodrigo**

in *Épica medieval española*, Edición de Carlos ALVAR y Manuel ALVAR, Madrid, Cátedra, 1991, pp. 99-162.

**Poema de Fernán Gonzalez**

*Poema de Fernán González*, ed. Juan VICTÓRIO, Madrid, Cátedra, 1981.

**Primeira Crónica Portuguesa**

in MOREIRA (2008), pp. 125-140.

**Privilegio de los votos a Santiago (PV)**

LÓPEZ FERREIRO, António, *História de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, II, Santiago de Compostela, Tósculo, 1899 (reed. 2004), pp. 132-137.

**Estudos:**

ALVAR, Carlos/ LUCÍA MEJIAS, José Manuel (2002), *Diccionario Filológico de la Literatura Medieval Española. Textos y Transmisión*, Madrid, Castalia

ARMISTEAD, S. G. (1986), "From Epic to Chronicle: an individual appraisal", *Romance Philology*, 40, pp. 339-359.

——— (2000), "La 'Crónica de Castilla' y las 'Mocedades de Rodrigo'", in *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Universidad de Valladolid – Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 159-172.

BURGO, Jaime del (1978), *Historia de Navarra*, Madrid, ed. Giner.

BAUTISTA, Francisco (2006), "Pseudo-historia y leyenda en la historiografía medieval: la Condesa Traidora", in *El relato historiográfico: textos y tradiciones en la España Medieval*, ed. Francisco Bautista, London, University of London.

CAMPA, Mariano de la (2002), "Crónica particular de S. Fernando", ALVAR/LUCÍA MEJIAS, *Diccionario...*, pp. 358-363.

CATALÁN, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid, Gredos.

- (1970) *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos
- (1995) "La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo historiográfico "Estoria de España" – Nuevas precisiones", in CUNHA PEREIRA, Cilene da & DIAS PEREIRA, Paulo Roberto (orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 521-534.
- (2000) *La épica española: Nueva documentación y nueva evaluación*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- (2002) *El Cid en la historia y sus inventores*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal
- CHÂLON, Louis (1970), "L'histoire de la monarchie asturienne, de Pelayo à Alphonse II le Chaste, dans le *Poema de Fernán González*", *Marche Romane*, 20, pp. 61-67.
- CINTRA, Luís Filipe de Lindley (1950a), "O Liber Regum e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro", *Boletim de Filologia*, XI (II), pp. 224-251.
- (1950b), "Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber Regum*", *Bulletin Hispanique*, LII, nºs 1-2, pp. 27-40.
- (1951) Introdução a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1952), «O *Liber Regum*, fonte comum do *Poema de Fernán González* e do *Laberinto de Juan de Mena*», *Boletim de Filologia*, XIII, 3-4, pp. 285-315.
- ESTÉVEZ SOLA, Juan A. (1995) *Chronica Najerensis*, cura et studio..., Turnhout, Brepols.
- FALQUE, Emma (2002), "El llamado *Privilegio de los votos*, fuente del *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy", *Habis*, 33, pp. 573-577.
- FERNÁNDEZ-ORDÓNEZ, Inés (1993), *Versión crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid.
- (2000), "Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la *Estoria de España*", in MARTIN, Georges (textos reunidos e introducidos por), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII – XV)*. Madrid, Casa de Velázquez, pp. 41-74.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2005), *A Lenda dos Sete Infantes. Arqueologia de um Destino Épico Medieval*, Coimbra, Faculdade de Letras (dissertação policopiada).
- HENRIET, Patrick (2001), "Santissima Patria. Points et thèmes communs aux trois oeuvres de Lucas de Tuy", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, 24, 2001, pp. 249-298.
- HERNANDO PÉREZ, José (2001), *Poema de Fernán González e Hispano Diego Garcia*, Salamanca, Universidad Pontificia.
-

- LINEHAN, Peter (2001), "Dates and doubts about Don Lucas", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, 24, pp. 201-217.
- LORENZO, Ramón (1975), *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, ed. crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario por Ramón LORENZO, 2 voll, Orense, Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo.
- MARTIN, Georges (1984), "La chute du royaume visigothique d'Espagne dans l'historiographie chrétienne des VIII<sup>e</sup> et IX<sup>e</sup> siècles", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 9, pp. 207-233.
- (1992), *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck
- (2001), "Dans l'atelier des faussaires. Lucas de Tuy, Rodrigue de Tholède, Alfonso X, Sanche IV: trois exemples de manipulations historiques (Léon-Castille, XIII<sup>e</sup> siècle)", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, 24, 2001, p. 279-309.
- MATTOSO, José (1993), *História de Portugal. Vol. 1: Antes de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MOREIRA, Filipe Alves (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas.
- MÉNENDEZ PIDAL, Ramón (1955), "Tradicionalidad de las Crónicas Generales de España", *Boletín de la Real Academia de Historia*, 136, pp. 131-197.
- (1929) *La España del Cid*, 2 voll., Madrid.
- MONTANER FRUTOS, Alberto (1988), "La \*Gesta de las mocedades de Rodrigo y la Crónica Particular del Cid", in *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, ed. Vicente BELTRÁN, Barcelona, PPU, pp. 431-444.
- PEREZ DE URBEL, Dom Justo (1944), "Historia y leyenda en el *Poema de Fernan Gonzalez*", *El Escorial*, 14, pp. 319-352.
- (1952), *Sampiro, su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*, Madrid, C.S.I.C..
- PEREZ DE URBEL, Dom Justo/ GONZÁLEZ RUIZ-ZORRIILLA, Atiliano (1959), *Historia Silense* Madrid, C.S.I.C..